



REELEITO PRESIDENTE DO SENADO, ACM ATACA ESPECULADORES E REFORÇA AUTONOMIA DO CONGRESSO

EM DEFESA DA MOEDA

Lydia Medeiros
Da equipe do Correio

Para enfrentar a crise, a turbulência financeira e recuperar a credibilidade do governo, o mais poderoso aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso usou o dia da posse do novo Congresso para pregar o fortalecimento do Poder Legislativo. Reeleito ontem como presidente da Casa por mais dois anos, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou ação eficaz das autoridades econômicas contra a especulação e exigiu transparência na hora de mostrar as dificuldades ao país.

Nos vinte minutos de seu discurso, Antonio Carlos procurou reafirmar a independência do Congresso e o papel de comando do presidente da República na crise. Não prometeu apoio irrestrito a Fernando Henrique, mas adiou qualquer crítica mais contundente. "O presidente Fernando Henrique é o comandante eleito pelo povo para realizar o trabalho da construção", ressaltou Antonio Carlos. "Ele não é imune à crítica, até porque sem críticas não poderá haver trabalho correto. O presidente já sabe que nem tudo que ele queira conseguirá no Legislativo. Por outro lado, ele não ignora que o Legislativo jamais lhe faltará quando estiver em jogo o interesse da Nação", disse o senador.

Antonio Carlos classificou de criminosa a atuação de instituições financeiras nos mercados de câmbio. Segundo ele, a desvalorização do real ocorreu em níveis "absolutamente irracionais", inaceitáveis, sobretudo, depois da aprovação das medidas de ajuste fiscal, consideradas a principal saída para a crise.

ESTABILIDADE

Diante de um plenário onde o governo tem a maioria, eleita sob o lema do Plano Real, o senador fez uma defesa da estabilidade da moeda e garantiu que o Congresso não fará concessões para protegê-la.

Mais uma vez, se dirigiu ao presidente, lembrando que a maioria parlamentar obtida nas eleições foi conquistada para preservar os símbolos pátrios: a bandeira e a moeda. "Para preservar esses símbolos, o Congresso não fará concessão. A soberania de um povo é sua moeda." Antonio Carlos estabeleceu a agenda para 1999, priorizou as reformas tributária e política e chamou o Judiciário a enfrentar o período de mudanças. "O Executivo e o Legislativo estão enfrentando com coragem e decisão estas reformas. Urge a reforma do Judiciário. Se não completa, pelo menos parcial", disse o senador, com elogios ao Supremo Tribunal Federal.

O discurso foi em tom emocional, com lembranças do filho Luís Eduardo, morto em abril e chamado pelo pai de sua "estrela-guia". Para o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos foi o porta-voz do Legislativo: "Não devemos adotar a política de terra arrasada, que é a mais arrasada das políticas".

Fernando Henrique foi o primeiro a cumprimentar Antonio Carlos pela reeleição. Proclamado o resultado da eleição secreta — 70 votos favoráveis, três contra e sete abstenções — o senador ocupou a cadeira central da Mesa Diretora e recebeu uma ligação do presidente, pelo telefone vermelho. Um acordo entre todos os partidos representados na Casa garantiu uma reeleição tranquila, sem concorrentes.

Até o bloco de oposição orientou os senadores a apoiar Antonio Carlos. O líder, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que depois de três semanas de reflexão e uma reunião de duas horas ontem, a oposição decidiu não contestar a reeleição e assegurar participação no comando da Casa. Mas o acerto não foi cumprido no painel — Antonio Carlos atribuiu à oposição os dez votos não favoráveis a ele. Depois de muita conversa, o senador Ademir Martins (PSB-PA) conseguiu o cargo de segundo-vice-presidente.

Fotos: Wanderlei Pozzembom



Ao tomar posse, ACM chama Fernando Henrique de comandante, mas ressalta: "Ele não é imune à crítica"

CPMF MOBILIZA OS DEPUTADOS

O Congresso recém-empossado começa hoje a trabalhar em ritmo de esforço concentrado e com apenas uma tarefa: assegurar quorum para a contagem de prazos na tramitação da principal medida de ajuste fiscal, a emenda constitucional que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). No Senado, não haverá votações e as sessões só recomençam no dia 22. É na Câmara que estão as preocupações do governo.

Com a auto-convocação que começa hoje, o objetivo é contar oito sessões e acelerar a tramitação do projeto na Casa. Os líderes dos partidos governistas afirmam que devem conseguir mobilizar "bem

mais" do que os 51 parlamentares exigidos para abrir as oito sessões previstas. Os partidos de oposição querem ir além da análise da CPMF. Propõem que na autoconvocação sejam formadas comissões para discutir "políticas alternativas" à crise da economia brasileira.

Dos 215 novos deputados (298 foram reeleitos) que tomaram posse ontem, 183 nunca passaram pela Câmara e os outros 32 estão retornando à Casa. Um dos novatos é o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), filho do ex-prefeito carioca César Maia (PFL). Ele chegou prometendo engrossar o coro governista. "Vamos conseguir trazer muito mais do que o necessário para abrir

as sessões; tem muita gente nova aqui com muita vontade, muito fogo para trabalhar", afirmou.

O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE) estava otimista. "Entramos em acordo com as lideranças governistas para fazer um revezamento de deputados e buscar trazer, cada partido, mais de 20 parlamentares por dia". A ideia da bancada governista é apenas abrir e fechar as sessões para contar oito das dez necessárias a apresentação de emendas ao projeto.

Os deputados de oposição reclamam do início do trabalho parlamentar só para possibilitar "o aumento de um imposto", nas palavras do deputado Aloísio Mercadante (PT-SP).